

25 ANOS A ERRAR. ERRAREMOS DE NOVO, PERSISTINDO, FRACASSANDO.

Rita Rainho

Poderia começar este objeto isolando a minha pertença ao ‘movimento intercultural IDENTIDADES’ (ID), construindo um mapa organizador de todas as entradas e contributos deste livro. No entanto, e porque este livro assume as formas e intuitos mais comuns à história do movimento, não se estranhe uma introdução que não introduz, mas que assume a sua inutilidade (porque mais se trata de uma dádiva expressa) e da sua incompletude (porque o corpo é o livro no seu todo e o que dele se solta). A diversidade, o disforme, o não conforme, o político disfarçado de académico, a arte e a palavra atravessadas pelo comprometimento de cada qual, o individual e o coletivo, as bibliotecas vivas, a oralidade e as imagens – restos de propulsão, um espaço também de memórias, utopias, aprendizagens, partilhas e empurrões pro futuro que, desconhecido, aqui vem.

Minhas palavras são então ecos de um despertar constante ao que nos chegou para constituir o germinar deste ser vivo – o livro ID_25.

São 25 anos de movimento.

Fecho os olhos, e nesse escuro, recordo as noites de cada lugar, deitada em tanto chão diverso, tetos com óculos de brechas cintilantes para esse, este, aquele, o mesmo céu breu que nos encima.

Gente quente, olhos pensantes, mãos de ofícios, rodas de conversa, trabalho em grandes grupos, pequenos, em par. Nas oficinas, escolas, museus, ruas, palcos, auditórios, praças. Onde há rio, ribeira, açude, mar, fronteiros com terra, pó, montanha nua, à beira da floresta, sertão, pântano e pomar. Comida, boa, muita, escassa, exótica, igual. Transportes grandes, pequenos, limpos, sujos, privados, públicos, emprestados, alugados. Abraços à chegada, emoção na partida com compromisso de regressar. Viagens para lá, para cá, fazer junto, acreditar, sermos mais fortes.

Assumo o sujeito coletivo. Sem luz elétrica na Amareleja, o céu é o mesmo e Conceição das Crioulas fica no virar do horizonte de costas para a estrela cadente, onde dobrando a estrada chegamos aos “dez grãosinhos de terra” e atravessando o continente colamos no céu da metrópole Maputo.

É nesse lugar de viajante que tendemos a converter-nos em espelho da razão, em verdade, em explicação. A equação objetiva da deslocação cai na busca incessante de verosimilhança e da necessidade de comparação para poder confirmar a experiência, o lugar, as pessoas, as lutas, as coisas, os modos de pensar e fazer:

- Ah sim, é parecido com... Faz lembrar tal... Sim, o autor x diz algo assim... Este sabor recorda-me o meu em... tem algo a ver com...

Pode parecer um mapa de relações, uma construção de pontes e ligações, mas deixa revelar a essência da reprodução da cosmovisão dominante, uma reação inconsciente de negação do desconhecido no seu espaço de estranheza e incompreensibilidade.

Em suma, pensar aqui significa racionalizar o desconforto, negando o que se estranha ao transformá-lo em familiar. O efeito do pensamento exercido dessa perspectiva tende a ser o <<contágio despotencializador>> das subjetividades que o encontram, o que contribui para a << interrupção no processo de polinização>>, promovendo um << aborto da germinação de futuros>>. O que resulta disso é a <<reprodução>> da cartografia vigente e dos seus valores. (Rolnik, 2020:72)

No entanto, o ir do movimento ID não pretende ser de visita. O receber no Porto, em Tondela ou Amareleja, também não. É uma procura interior mobilizada pela deslocação das mentes, pelo movimento de perguntar. Das viagens não se regressa de sorriso escancarado, mas desconfortado.

Qual o incómodo?

Não são os bichos de cada lugar, como *potó*, baratas voadoras, mosquito da malária, viúva negra mediterrânica, ‘cempé’. Não são os males de barriga, a *torneirinha*, a indisposição, menstruar sem wc, banho de canequinha... Não são os horários, as faltas, as línguas, os silêncios.

Aquilo que incomoda é o privilégio que transportamos quando saímos do conforto de nossas casas. Nossos corpos, nossas peles, nossa classe social, género, sexualidade carregam a desigualdade que combatemos, a injustiça que denunciámos, o egoísmo que vivemos, o consumo a que cedemos. O que muda com o regresso? Nada. Ou apenas a potência da nossa consciência sobre a extrema fragilidade da verdade omnipresente que carregamos e com que tendemos a querer ajudar o oprimido, o outro, aquele que nos recebe. Iremos ajudar? Será que essa tendência contribui para que se olhe na nossa cor o prenúncio de dias melhores, na nossa língua a leitura do conhecimento que se diz desenvolvido e avançado, no nosso andar a contagem os passos do 1º mundo?

- Porque não me fizeste com um branco, mãe? Felizes são as mulatas e brancas, que nasceram com diamantes no corpo.

- Para quê essa tortura? És preta e ainda bem. Os marinheiros brancos são excêntricos, são predadores do exótico e tu és linda! Não faltará um branco para morrer de amor por ti, minha filha. (Chiziane, 2008: 88)

Somos predadores. Predadores de uma virgindade, uma extravagância que nos salve também a nós, que nos livre das noites sem dormir, do egoísmo a que insistimos chamar de altruísmo, que guarde um lugar de prestígio das boas ações e de receber agradecimentos, cumprindo missões e em suma adiando o nosso próprio fim.

Somos filhos desse pensamento hegemónico de supremacia que engrandece com o gesto canibal de dominação sobre o oprimido. Essa supremacia do ser, do saber e do poder é uma herança que *conhecemos desconhecendo* a profundidade das suas raízes insaciáveis e dependentes dessa capitalização e colonização que determina o nosso modo de se pensar e agir. Branco, homem de classe média, hetero, ocidental armadilha-nos as relações, e tende a

filiar-nos a uma ideologia que não defendemos. Mesmo como mulher, nesse corpo de opressão e violência, não significa que não beneficie de outros privilégios. Aos nossos olhos subtis, para outros bem evidentes. Estes sistemas, como o classismo, sexismo, supremacia branca têm uma base subliminar integrada em leis, nos *media*, e nas políticas globais e nacionais, de tal maneira que se consolidaram pela sua naturalização, por fazerem parte da nossa estrutura.

As relações interculturais que estabelecemos não estão fora desta contradição de sermos resultado da fúria da civilização ocidental, dos automatismos da era do pixel e da produtividade, e, ao mesmo tempo, desejarmos a mudança, a libertação dessa mundividência, a transformação cabralista¹ de pensar pelas próprias cabeças, de aprender com os espaços de fala, e os espaços de silêncio, de construir um tempo de maior justiça e cumplicidade.

Entre todos os conflitos, desde o início que o mundo da arte incomodou o movimento ID. Todos(as) das artes, estudantes, professores maioritariamente da faculdade de belas artes da universidade do porto, artistas, designers, arquitetos, e outros(as). Porém aquilo que nos incute a vontade de fazer algo juntos(as) está para além da arte. Essa fronteira do dentro e fora da escola de arte, legitimado ou não pelas instituições, e valorizado pelo mercado, é bem promíscua e controversa. O ID não está alheio a isso.

A repulsa: do sentido de acumulação de capital e instrumentalização da arte, neutralizando práticas e pensamento, da denúncia do valer-se da arte como passaporte para a vida elitizada e alienante são afinal também parte do desejo que nos move. Será talvez a perceção desse desejo individual e coletivo, todo ele manipulado, que nos faz sentir esta inquietação do movimento.

Pertencer à escola, pertencer à arte (ocidental), pertencer à instituição é uma circunstância que convive de forma tensa com a ação do movimento. Nessa relação pudemos questionar o que nos estava sendo ensinado, onde e como. O esforço da desobediência coletiva desenhou um espaço de errância, demonstrando que o pensamento que diverge do que poderia gerar uma resposta certa, nos provoca dúvida e gera outra subjetividade, uma *não verdade*. Esse pensamento de divergência e questionamento leva-nos a procurar outros modos de educação artística. Temos presente que a escola de arte incorpora um espaço de conflito devido à tensão entre i) o dispositivo de controle e regulação de corpos e mentes e ii) o campo de questionamento e irreverência dos sujeitos que a arte pressupõe.

Os deslocamentos do ID para o Sul político acentuam a necessidade de questionar a reprodução do conhecimento hegemónico nas escolas do ocidente, assim como a própria arte ocidental. E por isso nos tornam cúmplices de várias lutas por escolas utópicas, de singularidade, de contextualidade, de experimentação hoje a partir de saberes locais e afirmação por maior justiça cognitiva.

Muitas vezes os nomes intercâmbio intercultural, oficina, encontro e outros espaços educativos encontraram na linguagem mais próxima da educação e da relação um espaço de maior potência quer no ‘fazer junto’, quer na experimentação. O terreno da arte esse, ficou remetido para a esfera do individual, daquilo que cada um(a), retirou para si no depois.

Se trabalhássemos como artistas em nossos ateliers, seríamos com certeza muito mais apaziguados, poderíamos fazer-nos escapar de tudo isto. Se fôssemos professores circunscritos a uma sala de aula, poderíamos ensinar tão bem toda essa arte, nossa ideologia, fazendo

1 Referência a Amílcar Cabral, líder da luta de libertação de Guiné Bissau e Cabo Verde.

profecias e cartilhas de sucesso para a segurança de novos artistas, professores de arte e até para a assimilação de outros do sul político com *integração* no norte. Não se trata de uma ironia superficial, mas do que nos influencia a pensar e agir de modo reprodutor e hegemónico.

Não fosse essa contradição suficiente, pertencemos muitos de nós a uma classe, cor, e género dominantes. E, se a percepção de que o capital e o capitalismo na arte nos apropria, engole e consome, a resistência a ele, faz com o que o movimento tenha encontrado nesta promiscuidade um modo de pertença que permite a mobilização de fundos para as deslocações e as implicações, deixando-nos a experiência de conceber e montar exposições, editar obra gráfica, organizar leilões, mas também os *dumbanengues*² e candidatura a projetos.

Também por isso digo que pertencemos ao campo minado e capitalizado da arte. Mesmo que nossa pertença seja escrupulosa, e queira deixar uma liberdade e autonomia ideológica no movimento, nas ações e nas relações. Os processos que integram a visualidade, plasticidade ou outras expressões estéticas, simbólicas e/ou funcionais não são conduzidas com o propósito de se adequarem a curadorias, valorizações ou a finalidades outras de venda e auto-financiamento. Desejamos encontrar um campo de subjetividade e transformação mais permeável à própria vida, ao pensamento coletivo e plural, ao político, ao educativo, ao simbólico e comum. O próprio Leão Lopes neste livro diz: “Uma premissa próxima e comprometida com um coletivo que reclamava a Arte como seu território de pensar e agir e a educação como meio e campo de experimentação de tal esperança.”

Essa consciência leva-nos a perseguir um outro ritmo que é marcado pelas relações, mas sobretudo com cada um(a) de nós. O ritmo da lentidão, da escuta, leva-nos a entender que somos contradição, vivemos esse tempo de procurar, persistir e de desconseguir relutar, desconseguir calar para ouvir, desconseguir suspender a vontade do sucesso, a autoridade das nossas presenças sobre o que é melhor para esse outro.

Ao longo deste tempo se nos deslocamos, mais perguntamos. No início conhecer a partir de ações ligadas à cultura marcou o movimento na interculturalidade, não se fechando nas tradições, mas articulando expressões contemporâneas que a partir das suas raízes se cruzavam do comprometimento com este tempo.

Os espaços públicos nas diversas geografias foram palco de perguntas em torno da ideia de arte, político e público, como comum (oposto a privado), público como manifesto, acessível e aberto, público como político, no sentido arte e vida, implicada nas dimensões do fazer sentir, engajada nas lutas das populações.

A relação da arte com o político e o público encostaram-nos ao desejo de uma democracia radical, plural e agonística. Fomos introduzidos à aprendizagem do sentido de comunidade, de movimento social, político e de luta mobilizada pelas mulheres crioulas, à dinâmica associativa que pensamos perdida, à razão do vídeo, da semente e da rua numa escola da vida. Dessas relações surge um pensamento radical sobre a educação artística e utopia, rompendo com fantasias de incentivar quem tem *dom*, e o génio, mas forjando uma prática de acessibilidade, de experimentação, de pesquisa de matérias e expressões locais, bem como de politização contra a cultura visual inócua e de massas. Esta relacionalidade e radicalidade criam um espaço-tempo, um movimento em que a utopia do devir comum ganha um sentido particular.

² Dumbanengue significa ‘confia no teu pé’, na língua Changana, e é o nome dado aos mercados ambulantes das ruas de Maputo.

Nenhuma dessas ideias teria sentido sem as ações que lhe deram corpo, provando que não foi possível, tudo está por fazer. As nossas preocupações geraram uma relação com a ação/investigação, não no sentido de nos fecharmos na academia, mas permitindo-nos introduzir um pensamento e crítica sobre o caminho e corpo, numa base de comprometimento com as identidades, o anti-colonial, anti-capitalista e feminista.

Pauso para o encontro-texto de vários momentos do livro:

*Esculpir comunitários futuros
Timbre da cor, linha do som
Escutar, aqui, é também escutar-se
Desenvolvimento é mais do que ter
A arte como fazer sentir
um movimento lento, de tempo, sem destino.*

Por fim, hoje, não como há 25 anos, nossas palavras de identidades, anti-capitalismo, anti-colonialismo, feminismo estão seduzidas e apropriadas por todo um conjunto de agendas neoliberais. No entanto a ação que perseguimos vive para além delas. Vive nesta germinação de 25 anos de afetos e cumplicidades para mim, uma escola de perguntar sem medo.

Agir afetados pelo afeto.
Errar.

Sim, erramos, desconseguimos, fracassamos.
Erraremos de novo, persistindo, fracassando,...

(...) errante é o que não se conforma com um estado de coisas ou alguém para quem as coisas não têm estado fixo, mas que busca interromper e tornar impossível a continuidade do que está sendo (...) (Kohan, 2015: 60)

Referências

- Chiziane, Paulina (2008). “O alegre canto da perdiz”. Maputo: Ndjira - Coleção Ondas do Índico.
- Kohan, Oma (2015). “O mestre inventor. Relatos de um viajante educador. Belo Horizonte: Autêntica Editora. Tradução de Hélia Freitas.
- Rolnik, Suelly (2020). “Esferas da Insurreição: Notas para uma vida não chulada”. Lisboa: Teatro Praga/Sistema Solar.

CATARINA S. MARTINS CONVERSA COM JOSÉ CARLOS DE PAIVA

Professor, educador, investigador, artista, branco, homem, europeu, português. Entre muitas outras coisas, também um ser incompleto. Costuma apresentar-se como um corpo cansado e velho em todo o seu direito de o ser, e pede a quem o ouve que construa a sua posição crítica e não se deixe emaranhar nas narrativas que traz. José Paiva é uma figura incontornável do ‘movimento intercultural IDENTIDADES’ e das ações que o Identidades tem desenvolvido em Portugal, Brasil, Cabo Verde e Moçambique. Nos textos deste livro, a referência a si vai ser uma constante. Cada um terá em suas memórias um José Paiva diferente, mas essas memórias serão sempre entrelaçadas por lutas políticas vibrantes mesmo nos detalhes mais simples, e de um corpo afectuoso que se entrega na construção de um amanhã mais justo.

A sua vida tem sido vivida numa ligação intensa com a política e com aquilo que nas conversas e debates vai definindo como sendo ‘o político’. Parte dessa vida foi ainda num Portugal ditatorial, tendo inclusivamente estado na Guiné Bissau no período pré 25 de Abril. Mais tarde, já na década de oitenta, a convite da Unesco, passou, com Elvira Leite, por Cabo Verde, onde colaboraram na estruturação curricular na área da educação artística. Estes aspectos avulsos da sua história ligam-se também ao Identidades e às geografias que este movimento tem habitado.

O propósito da nossa conversa, após um almoço de final de Julho, não teve como finalidade falar sobre a sua história de vida, mas esta foi surgindo inevitavelmente nos seus cruzamentos com a história do Identidades. Diz que “*o que eu sou hoje é uma construção de um conjunto de tentativas [...] deambulei por territórios diversos.*”

A unir esses territórios esteve sempre “*uma consciência política de que este tempo em que nós vivemos é um tempo de fracassos acumulados e de uma irracionalidade que a gestão gananciosa, o capitalismo global foi criando e que me incomodava, não a ponto de me levar para um outro lugar que não havia, mas de ter sempre uma inscrição numa perturbação deste tempo, portanto, a que chamo ‘o político.’*”

Essas geografias, diz-nos também, são o resultado de derivas e de relações que se foram estabelecendo. Por exemplo, o trabalho em “*África resulta das derivas, não resulta de uma vontade de ir conhecer África. Resulta das derivas ocasionais, das relações que se estabelecem [...] onde eu de algum modo fui entendendo que a extensão deste relacionamento beneficiava toda esta inscrição no político, toda esta consciência do mundo onde nós vivemos, onde, de facto, este Sul é um Sul que nunca ganhou a sua própria voz e que integra o comum.*”

A conversa não pode deixar de ser difícil. O político é essa zona conflituante e tensional de lutas, em que não se pode esquecer quem ocupa os diferentes lugares nessas lutas, que poderes e representações são colocadas em jogo. O exercício de uma reflexão crítica de si e do mundo, que não pretenda ser celebratória, mas antes de resistência contra formas de poder fascistas, discriminatórias e racistas, e com uma consciência dos diversos lugares e privilégios que habita, coloca-se permanentemente. A grande força das suas ações estará sempre nessa tentativa, que diz fracassada, de lutar contra as hegemonias do poder dominante. Para isso, a inscrição no político foi sempre vista como uma inscrição colectiva.